ACESSO FÍSICO ÀS FEIRAS DE ORGÂNICOS MUNICIPAIS EM FAVELAS DE BELO HORIZONTE, MINAS GERAIS

PHYSICAL ACCESS TO MUNICIPAL ORGANIC FAIRS IN FAVELAS OF BELO HORIZONTE, MINAS GERAIS

Luana Lara Rocha[1], Flavia Muradas Bulhões[2], Mariana Zogbi Jardim[3], Larissa Loures Mendes[4]

[1]Departamento de Medicina Preventiva e Social, Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais; [2]Professora Adjunta na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul; [3]Departamento de Pediatria, Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais; [4]Professora Adjunta do Departamento de Nutrição, Escola de Enfermagem, Universidade Federal de Minas Gerais.

luanalararocha@gmail.com; flavia-bulhoes@uergs.edu.br; zogbij@gmail.com; larissa.mendesloures@gmail.com.

Grupo de Trabalho (GT): GT10. Abastecimento, segurança alimentar e nutricional e dinâmicas de consumo

Resumo

Introdução: As favelas são regiões que não foram priorizadas pelas políticas públicas, refletindo no ambiente alimentar e, consequentemente, na dificuldade de acesso aos alimentos. Objetivo: Caracterizar o acesso físico às feiras de orgânicos municipais em favelas de Belo Horizonte, Minas Gerais. Métodos: Foi analisada a distribuição das feiras de orgânicos municipais, dos Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional e dos estabelecimentos que ofertam alimentos cadastrados na Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais para o ano de 2019 nos 192 setores censitários localizados em favelas de Belo Horizonte. Resultados: As feiras de orgânicos municipais estão em menor número e mais distantes dos centros das favelas. Conclusão: São necessários programas e políticas públicas que incentivem a abertura de feiras de orgânicos e outros tipos de estabelecimentos que ofertam alimentos in natura e minimamente processados nas favelas.

Palavras-chave: Acesso a Alimentos Saudáveis; Ambiente Construído; Alimentos Orgânicos; Áreas de pobreza.

Abstract

Introduction: Favelas are regions that have not been prioritized by public policies, reflecting in the food environment and, consequently, in the difficulty of access to food. Objective: To characterize the physical access to municipal organic fairs in the favelas of Belo Horizonte, Minas Gerais. Methods: The distribution of municipal organic fairs, Public Food and Nutrition Security Equipment, and establishments offering food registered in the Treasury Department of the State of Minas Gerais in 2019 was analyzed in the 192 census sectors located in the favelas of Belo Horizonte. Results: Municipal organic fairs are fewer in number and more distant from the favelas centers. Conclusion: Programs and public policies that encourage the opening of organic fairs and other types of establishments that offer unprocessed and minimally processed foods in favelas are needed.

***Key words**: Healthy Food Access; Built Environment; Organic Food; Areas of Poverty.*

1. Introdução

As favelas são definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como formas irregulares de ocupação de terrenos e propriedades alheias para fins de habitação em áreas urbanas[1]. Nas favelas as iniquidades são vistas no âmbito da oferta de serviços de saneamento básico, saúde e educação, refletindo também no ambiente alimentar e, consequentemente, no acesso aos alimentos[2].

Em Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, no ano de 2010, a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional implementou os Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional (EPSAN) a fim de ofertar alimentos saudáveis a baixo custo, com foco em cidadãos em vulnerabilidade social, tendo sido as feiras de alimentos orgânicos incluídas nessa política[5,6]. Porém, a distribuição dos EPSAN pela cidade é desigual, estando concentrados em áreas mais ricas, em que há maior circulação de pessoas[3,4].

Dessa forma, o objetivo desta pesquisa foi caracterizar o acesso físico às feiras de orgânicos municipais em favelas de Belo Horizonte, Minas Gerais, identificando desertos e pântanos alimentares e realizando uma comparação com a disponibilidade e o deslocamento dos estabelecimentos que ofertam alimentos convencionais nessas áreas.

2. Métodos

Estudo com delineamento ecológico conduzido na cidade de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, localizado na região Sudeste do Brasil. A unidade de análise adotada foram os 192 setores censitários localizados em favelas.

O presente estudo teve como foco o acesso físico às Feira de Orgânicos que integram os Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional (EPSAN) nas favelas de Belo Horizonte. As feiras de orgânicos municipais compõem parte EPSAN, que são instalações que fazem parte da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Belo Horizonte, que têm por objetivo a comercialização de alimentos saudáveis e economicamente acessíveis para a população, com foco principal em cidadãos em situação de vulnerabilidade social[5,6]. Em 2019, Belo Horizonte possuía oito feiras de orgânicos distribuídas pelas regionais da cidade.

A base de dados dos estabelecimentos que ofertam alimentos convencionais foi composta por 23.384 estabelecimentos cadastrados na Superintendência de Arrecadação e Informações Fiscais da Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais no ano de 2019. Os estabelecimentos foram categorizados em estabelecimentos que ofertam predominantemente alimentos in natura e minimamente processados (comercialização de 50% ou mais desses alimentos) – Peixarias, Hortifrutigranjeiros e Açougues e comércio de carnes –, estabelecimentos que ofertam alimentos mistos (comercialização de alimentos in natura e minimamente processados e de alimentos ultraprocessados) – Hipermercados, Supermercados Minimercados e mercearias, Restaurantes, Padarias e Lojas de laticínios e frios – e estabelecimentos que ofertam predominantemente alimentos ultraprocessados (comercialização de 50% ou mais) – Lanchonetes, Bares e Lojas de doces e bombonieres – baseado na sugestão realizada pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN)[7].

A classificação entre desertos e pântanos alimentares ocorreu nos 132 setores censitários localizados em favelas que possuíam informações sobre o número de habitantes na área geográfica, coletadas pelo IBGE no Censo realizado em 2010. Os desertos foram identificados calculando a densidade dos estabelecimentos classificados como aqueles que ofertam alimentos in natura e minimamente processados (incluindo os EPSAN) e os que ofertam alimentos mistos por 10.000 habitantes[7]. Foram considerados desertos alimentares os setores censitários em que a densidade de estabelecimentos que ofertam alimentos in natura e minimamente processados e que ofertam alimentos mistos estava abaixo do percentil 25 da distribuição em todos os setores da cidade de Belo Horizonte[7].

Os pântanos alimentares foram identificados calculando a densidade dos estabelecimentos que ofertam alimentos ultraprocessados por 10.000 habitantes[7]. O ponto de corte foi o mesmo utilizado por Honório et al.[8], dessa forma, foram considerados pântanos alimentares os setores censitários em que a densidade de estabelecimentos que ofertam alimentos ultraprocessados estava acima do percentil 25 da distribuição em todos os setores censitários da cidade de Belo Horizonte[8].

Foram realizadas análises descritivas com a apresentação de medidas de frequência, média e intervalo de confiança de 95%. A análise Closest facility foi utilizada para realizar o cálculo da distância do centroide do setor censitário até os estabelecimentos que ofertam alimentos saudáveis mais próximos. Foi calculado um buffer de 500 metros no entorno dos centroides das favelas, como utilizado em estudos anteriores para avaliar o ambiente

comunitário25-28, e foi realizada a contagem das feiras orgânicas municipais e de estabelecimentos que ofertam alimentos dentro dessas áreas.

As análises espaciais foram conduzidas utilizando o software ArcGIS versão 10.8 e o software QGIS versão 3.22 e as análises estatísticas descritivas utilizando os softwares Stata versão 14.0 e RStudio, adotando o valor de significância de 5%.

2. Resultados

Ao analisar os 500 metros no entorno dos centroides das favelas, a média do número de feiras de orgânicos presentes nessas áreas é bem menor ao se comparar com a média dos outros EPSAN e dos estabelecimentos que ofertam alimentos in natura e minimamente processados, mistos e ultraprocessados. Além disso, as feiras de orgânicos municipais possuem uma distância média até o centroide das favelas maior em comparação com a média dessa distância para os estabelecimentos que ofertam alimentos in natura e minimamente processados, mistos e ultraprocessados

Em relação a disponibilidade de feiras de orgânicos municipais e de estabelecimentos que ofertam alimentos, ao analisar os 500 metros no entorno dos centroides das favelas caracterizadas como desertos e/ou pântanos alimentares, a média do número de feiras de orgânicos presentes nessas áreas é bem menor quando comparada com a média dos outros EPSAN e dos estabelecimentos que ofertam alimentos in natura e minimamente processados, mistos e ultraprocessados. Além disso, nas áreas de desertos alimentares não há nenhuma feira de orgânicos municipais dentro do buffer de 500m, em comparação com as áreas de pântanos alimentares e de desertos e pântanos alimentares simultaneamente em que há, em alguns setores censitários, uma feira dentro desse buffer.

3. Discussão

Ressalta-se que a disponibilidade e o acesso aos EPSAN por moradores de favelas são essenciais para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada e Segurança Alimentar e Nutricional, como proposto pela Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional[5,6]. Entretanto, há uma baixa disponibilidade física das feiras de orgânicos municipais nas regiões de favelas, resultando em um maior tempo de deslocamento até o local onde as feiras de orgânicos estão instaladas. Além disso, as feiras funcionam somente em um dia da semana em cada ponto em que estão localizadas, e também somente no turno da manhã[6], prejudicando o acesso físico das pessoas que trabalham em dia e horário comercial.

Outro elemento importante é a caracterização de favelas como desertos e pântanos alimentares, que pode agravar a situação de vulnerabilidade já existentes nesses territórios. Honório e colaboradores[8], ao avaliarem as iniquidades de áreas de desertos e pântanos alimentares de Belo Horizonte, encontraram que, além da exposição a ambientes que não favorecem práticas alimentares saudáveis, setores censitários caracterizados como desertos alimentares apresentaram pior disponibilidade de serviços essenciais, como acesso à água e esgoto canalizado, menor renda per capita e menor número médio de indivíduos alfabetizados.

A grande disponibilidade de estabelecimentos que ofertam alimentos mistos e ultraprocessados também é um fator preocupante ao se estudar o acesso físico aos alimentos, podendo influenciar no consumo alimentar da população. A abundância de estabelecimentos que ofertam alimentos não saudáveis no ambiente está associada com o maior consumo desses alimentos, o que pode levar a desfechos negativos de saúde, como o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis, como a obesidade, hipertensão e diabetes.

Dessa forma, é importante que haja a ampliação dos EPSAN, principalmente das feiras de orgânicos para as áreas de favelas, a fim de aumentar a disponibilidade e acessibilidade de alimentos saudáveis, que sejam produzidos respeitando as bases ecológicas, a fim de influenciar

o consumo desses alimentos pelas populações vulneráveis[9]. Entretanto, um dos empecilhos para a implementação de novos EPSAN em regiões de alta vulnerabilidade é a violência e a falta de interesse por parte dos comerciantes, sendo mais um desafio a ser superado para a ampliação do acesso aos alimentos saudáveis e sustentáveis em áreas de favelas. Dessa forma, é necessário o engajamento da comunidade e comprometimento político para melhorar o ambiente alimentar das favelas, diminuindo as iniquidades, e garantindo um ambiente que promova a alimentação saudável e segurança alimentar e nutricional.

4. Conclusão

Há uma baixa disponibilidade física de feiras de orgânicos municipais em áreas de favelas de Belo Horizonte. Evidenciando a necessidade de programas e políticas públicas que incentivem a abertura e manutenção de feiras de orgânicos municipais, ou outros tipos de estabelecimentos que ofertam alimentos in natura e minimamente processados que adotem o modelo de produção com base nos princípios da ecologia em áreas de favelas, a fim de reduzir as iniquidades de acesso aos alimentos saudáveis e sustentáveis nesse território.

5. Referências

1.Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Aglomerados subnormais. https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=o-que-e (Citado em 21 de fevereiro de 2022).
2.Gomes UAF. Intervenções de saneamento básico em áreas de vilas e favelas: um estudo comparativo de duas experiências na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Engenharia. Belo Horizonte, 2009.
3.Pessoa MC, Mendes LL, Gomes CS, Martins PA, Velasquez-Melendez G. Food environment and fruit and vegetable intake in a urban population: A multilevel analysis. BMC Public Health 2015; 15(1):1012.
4.Lopes ACS, Menezes MC de, Araújo ML de. O ambiente alimentar e o acesso a frutas e hortaliças: "Uma metrópole em perspectiva". Saude soc 2017; 26(3):764–73.
5.Brasil. Decreto nº 7.272 de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN e institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 2010.
6.Prefeitura de Belo Horizonte. Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania. https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac (Citado em 21 de fevereiro de 2022).
7.Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN). Estudo Técnico: Mapeamento dos Desertos Alimentares no Brasil. https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/noticias/arquivos/files/Estudo_tecnico_mapeamento_desertos_alimentares.pdf (Citado em 21 de fevereiro de 2022).
8.Honório OS, Pessoa MC, Gratão LHA, Rocha LL, Castro IRR, Canella DS, et al. Social inequalities in the surrounding areas of food deserts and food swamps in a Brazilian metropolis. Int J Equity Health 2021; 20:168.
9.Jaime PC, Machado FMS, Westphal MF, Monteiro CA. Impacto de una intervención basada en la comunidad, en el mayor consumo de frutas y vegetales en familias de bajos ingresos, São Paulo, Brasil. Rev chil nutr 2006; 33(Suppl 1): 266-271.